

## CONVITE

### “11 / 2025 / DOUMA / SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ETAR E EEAR MUNICIPAIS EM 2025

#### PROCEDIMENTO POR CONSULTA PRÉVIA

Nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 20.º e artigo 112º e seguintes do CCP

Ao abrigo dos artigos 112.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP), vimos por este meio **convidar** V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> a apresentar proposta para o procedimento de “**Serviços de operação e manutenção das ETAR e EEAR municipais em 2025**”, de acordo com caderno de encargos anexo ao presente convite.

Para efeitos do n.º1 do artigo 115.º do CCP indica-se o seguinte:

1. A entidade adjudicante é o Município de Vila Nova de Foz Côa;
2. A decisão de contratar foi tomada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, Dr. João Paulo Lucas Donas Botto Sousa, no uso de competência própria;
3. A escolha do procedimento é fundamentada nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 20.º do CCP.
4. Não são admitidos documentos em língua estrangeira;
5. O prazo para a apresentação das propostas são as 23h59 do **nono** dia contado a partir do dia seguinte ao do envio do presente convite, ou, caso o dia assim determinado não seja dia útil, no dia útil seguinte a esta data;
6. A entrega da proposta e dos documentos que a acompanham deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica através da plataforma eletrónica de contratação pública **ACINGOV**, acessível no sítio eletrónico <http://www.acingov.pt> e deverá ser constituída pelos seguintes documentos:
  - a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I ao presente convite, (anexo I do CCP);
  - b) Indicação do preço da proposta constituindo declaração de proposta, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo IV ao presente convite;
  - c) Declaração de imparcialidade, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo III ao presente convite (n.º 4 artigo 69.º do CPA);
7. Não será exigida prestação de caução, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP;
8. Os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente de forma eletrónica através da plataforma eletrónica de contratação pública **ACINGOV**, acessível no sítio eletrónico <http://www.acingov.pt> e são os seguintes:

- a) Documentos comprovativos de que o concorrente não se encontra na situação prevista nas alíneas b), d) e) e h) do artigo 55.º do CCP;
  - b) Declaração de habilitação, elaborada conforme modelo constante do anexo II ao presente convite (anexo II do CCP);
  - c) Registo Central de Beneficiário Efetivo.
9. O prazo para apresentação dos documentos de habilitação é de 5 dias úteis contados a partir do dia seguinte à comunicação para apresentação dos mesmos e o prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados é também de 5 dias úteis contados de igual forma.
10. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade de avaliação do preço em que as propostas serão ordenadas por ordem crescente de preço, ou seja, a de preço mais baixo em primeiro lugar;
- 1. O preço base é 26.400,00€;**
- 2. O prazo da prestação de serviços é de 12 meses,** a contar do 1º dia do mês seguinte à data de assinatura do contrato.

Com os melhores cumprimentos

O Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa

-----  
(João Paulo Lucas Donas Botto Sousa, Dr.)

## ANEXO I

### Modelo de declaração

(aceitação do caderno de encargos)

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

**ANEXO II**  
**Modelo de declaração**  
**(habilitação)**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

### ANEXO III

#### **Modelo de declaração de imparcialidade a que se refere o n.º 4 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro**

1 — Para efeitos do disposto no artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) ...[firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], prestadora de serviços no âmbito do procedimento ... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra abrangida pela previsão constante do n.º 3 do artigo 69.º

2 — O declarante tem pleno conhecimento que a violação do disposto nos n.os 3 a 5 do artigo 69.º do citado diploma legal implica, a anulação dos atos ou contratos em que tenham intervindo titulares de órgãos ou agentes impedidos, sem prejuízo do dever de indemnização da Administração Pública e terceiros de boa-fé pelos danos resultantes da anulação do ato ou contrato.

... [local], ... [data], ... [assinatura].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

**Anexo IV**  
**Modelo de indicação do preço contratual**

... (indicar nome, estado, profissão e morada, ou firma e sede), com sede em ....., pessoa colectiva n.º ....., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de ..... sob o n.º ....., com o capital social de ....., obriga-se a fornecer todos os bens que constituem o objeto do procedimento de ....., no prazo máximo de .... dias, em conformidade com o Caderno de Encargos, pelo preço contratual de ..... Euros, nos termos do disposto nos artigos 60.º e 97.º do Código dos Contratos Públicos, o qual não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

Mais declara que no preço contratual acima indicado estão incluídos todos os suprimentos de erros e omissões que tenham sido identificados e depois aceites pelo Município de Vila Nova de Foz Côa nos termos do disposto nos n.ºs 5 e 7 do artigo 61.º do Código dos Contratos Públicos.

À quantia supra mencionada incidirá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

À presente proposta aplica-se a regra da inversão do sujeito passivo de IVA, ao abrigo da alínea j) do n.º1 do artigo 2º do CIVA, nos trabalhos que se enquadrarem dentro da referida definição.

Data...

Assinatura...